

POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

MOTA, Adriano da Silva
MACIEL, Carina Elisabeth

Nas últimas décadas, a educação superior brasileira passou por importantes transformações relacionadas à ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos, dentre eles as pessoas com deficiência. Tal movimento está articulado às disputas em torno da democratização da educação e da ampliação dos direitos sociais, processo que não ocorre de forma linear, mas permeado por tensões e contradições (Saviani, 2013; Cury, 2002). O fortalecimento do debate em torno dos direitos humanos, da democratização da educação e da perspectiva inclusiva impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas à garantia do acesso à escolarização em todos os níveis de ensino. Nesse contexto, a educação superior passou a constituir um espaço de reivindicação de direitos, sobretudo no que se refere às condições de ingresso, permanência e conclusão dos estudos.

A ampliação do acesso de estudantes com deficiência à educação superior foi impulsionada por marcos legais nacionais e internacionais que consolidaram o entendimento da educação como direito social e da inclusão como princípio estruturante das políticas educacionais. Entre tais instrumentos, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), o Plano Nacional de Educação (2014–2024) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Apesar dos avanços normativos e do aumento das matrículas de estudantes com deficiência na educação superior, a efetivação do direito à educação ainda encontra limites significativos, especialmente no que concerne à permanência acadêmica. A permanência envolve condições que ultrapassam o ingresso formal, abrangendo aspectos materiais, pedagógicos, arquitetônicos, tecnológicos e atitudinais necessários à participação efetiva dos estudantes nos processos formativos.

Nessa direção, emerge uma contradição central: embora as políticas de acesso tenham possibilitado maior inserção de estudantes com deficiência na educação superior, as instituições ainda

enfrentam dificuldades para garantir suporte adequado às demandas de permanência. Tal cenário torna-se ainda mais evidente na pós-graduação *stricto sensu,* espaço em que as discussões sobre inclusão permanecem incipientes e as políticas institucionais apresentam fragilidades.

A partir dessas considerações, este trabalho tem como objetivo é tensionar discussões sobre as políticas de acesso e permanência de estudantes com deficiência na educação superior, discutindo os avanços e desafios da perspectiva inclusiva no contexto educacional brasileiro. Fundamenta-se na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, compreendendo as políticas educacionais como construções históricas atravessadas por disputas, contradições e limites estruturais.

A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior é resultado de um processo histórico de reivindicação de direitos e de transformações nas concepções sobre deficiência, educação e cidadania. Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços educacionais, submetidas a práticas assistencialistas e segregadoras que restringiam suas possibilidades de escolarização.

A partir da década de 1990, intensificaram-se as políticas voltadas à universalização do acesso à educação, impulsionadas por acordos internacionais e legislações nacionais que passaram a reconhecer a necessidade de superação de barreiras à participação social das pessoas com deficiência. No campo educacional, consolidou-se gradativamente o paradigma da educação inclusiva, baseado no reconhecimento da diversidade humana e no direito de todos à educação em espaços comuns. Conforme Mantoan (2015), a educação inclusiva pressupõe a reorganização dos sistemas de ensino para acolher a diversidade, deslocando a centralidade da adaptação do sujeito para a transformação das instituições.

Na educação superior, programas e ações governamentais buscaram ampliar as condições de acesso de grupos historicamente excluídos. O Programa Incluir (2005), criado pelo Ministério da Educação, constituiu um marco importante ao incentivar a criação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais, promovendo condições institucionais para atendimento às demandas de estudantes com deficiência.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu metas relacionadas à universalização do atendimento educacional inclusivo, reafirmando o compromisso com a eliminação de barreiras de acesso. No debate sobre democratização do ensino superior, destaca-se ainda a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que ampliou e aperfeiçoou os



mecanismos de reserva de vagas nas instituições federais de ensino. Embora originalmente direcionada a estudantes oriundos da escola pública, a legislação passou a contemplar também pessoas com deficiência, fortalecendo o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior. Conforme o texto legal, a reserva de vagas considera critérios sociais e étnico-raciais, incorporando as pessoas com deficiência como público das ações afirmativas e reafirmando a necessidade de equidade no acesso à educação superior. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), por sua vez, fortaleceu o entendimento de que as instituições de ensino devem assegurar condições de acessibilidade, adaptações razoáveis e oferta de recursos necessários à plena participação dos estudantes com deficiência.

Uma dissertação publicada no ano de 2024 intitulada "Acesso e permanência das pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu em instituições superiores federais no estado de Minas Gerais" mostra que as matrículas gerais cresceram cerca de 34% entre 2012 e 2024, enquanto as matrículas de PcD tiveram um crescimento proporcionalmente maior, superior a 160% no mesmo período. Esse resultado indica avanço no ingresso de PcD (Pessoa com Deficiência) no ensino superior, ainda que sua participação percentual se mantenha inferior a 0,5% do total, o que evidencia sua sub-representação no sistema educacional (CAMILO, 2024).

Entretanto, embora os dados obtidos apontem crescimento do número de matrículas de estudantes com deficiência na educação superior, o acesso ainda ocorre de forma desigual e marcado por limites estruturais. Muitas instituições não apresentam condições adequadas de acessibilidade física, tecnológica e pedagógica, o que demonstra que a ampliação quantitativa do acesso não corresponde necessariamente à garantia do direito à educação em sua dimensão substantiva.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreende-se que tais avanços e limites não ocorrem de forma linear, mas expressam contradições próprias da sociedade capitalista, na qual a ampliação formal de direitos convive com desigualdades concretas de acesso às condições necessárias para sua efetivação. Nesse sentido, compreender as políticas educacionais implica analisá-las a partir de suas determinações históricas e sociais, reconhecendo os tensionamentos entre universalização de direitos e permanência das desigualdades (Frigotto, 2010; Netto, 2011).



A discussão sobre permanência estudantil assume centralidade quando se analisa a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. Garantir o acesso, embora fundamental, não assegura a participação efetiva nem a permanência dos estudantes ao longo da trajetória acadêmica.

A permanência envolve um conjunto de condições objetivas e subjetivas que impactam a continuidade dos estudos, incluindo políticas de assistência estudantil, acessibilidade arquitetônica e comunicacional, recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas, formação docente, flexibilização curricular e suporte institucional contínuo.

No cotidiano das instituições de educação superior, estudantes com deficiência frequentemente enfrentam barreiras que dificultam a permanência e o desenvolvimento acadêmico. Entre elas, destacam-se a ausência de materiais acessíveis, insuficiência de intérpretes de Libras, inadequações arquitetônicas, desconhecimento docente acerca das especificidades educacionais e fragilidade das políticas institucionais voltadas ao acompanhamento acadêmico.

Nesse cenário, os núcleos de acessibilidade desempenham papel relevante, embora muitas vezes operem com recursos limitados e dificuldades para atender às demandas existentes. Em diversos casos, a responsabilidade pela adaptação das condições de ensino recai sobre iniciativas individuais de docentes ou estudantes, evidenciando fragilidade institucional.

A permanência também deve ser analisada para além das condições pedagógicas, considerando aspectos econômicos e sociais que impactam a trajetória estudantil. Muitos estudantes com deficiência enfrentam custos adicionais relacionados à mobilidade, aquisição de tecnologias assistivas e cuidados específicos, o que reforça a importância de políticas de assistência estudantil articuladas à perspectiva inclusiva.

No âmbito da pós-graduação, os desafios tornam-se ainda mais complexos. Embora haja avanços na ampliação do acesso, persistem lacunas quanto à formulação de políticas institucionais específicas para estudantes com deficiência em programas de mestrado e doutorado. A escassez de pesquisas sobre o tema evidencia a necessidade de aprofundamento das discussões sobre permanência na pós-graduação, sobretudo em relação às condições pedagógicas, produção acadêmica e apoio institucional.



Desse modo, a inclusão na educação superior não pode ser compreendida apenas como presença física do estudante na instituição, mas como garantia de condições concretas de participação, aprendizagem e pertencimento acadêmico.

A análise das políticas de acesso e permanência de estudantes com deficiência na educação superior evidencia avanços significativos no reconhecimento do direito à educação inclusiva, especialmente em razão dos marcos legais e políticas públicas implementadas nas últimas décadas. A ampliação das matrículas demonstra que o acesso à educação superior vem se tornando mais presente para esse público, sinalizando mudanças importantes no cenário educacional brasileiro.

Todavia, os desafios relacionados à permanência permanecem expressivos. A existência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais evidencia que o direito à educação ainda não se efetiva plenamente para muitos estudantes com deficiência. Nesse sentido, a permanência demanda políticas institucionais articuladas, recursos adequados, formação docente e fortalecimento de ações de acessibilidade.

Além disso, chama atenção a necessidade de ampliação das discussões sobre inclusão na pós-graduação, campo ainda pouco explorado nas políticas educacionais e nas produções acadêmicas. A garantia do acesso precisa estar acompanhada de estratégias permanentes de suporte acadêmico e institucional, capazes de assegurar condições reais de continuidade e conclusão dos estudos.

Conclui-se, portanto, que a perspectiva inclusiva na educação superior exige mais do que o reconhecimento formal do direito à educação: requer o enfrentamento das desigualdades estruturais que limitam a permanência estudantil, compreendendo a inclusão como processo contínuo, histórico e socialmente construído.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Permanência 2. Estudantes com deficiência 3. Pós-graduação

REFERÊNCIAS

CAMILO, Samara Uellem Martins. Acesso e permanência das pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu em instituições superiores federais no estado de Minas Gerais. 2024. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, v. 32, n. 116, p. 245–262, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, n. 32, p. 226–237, 2006.